

ATA N.º 7/2023:

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2023:

No dia quinze de março de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas e catorze minutos, na sede da Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano, no âmbito da semana da Freguesia de Quinta do Anjo, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Ana Elísia Gonçalves Monteiro, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Carlos Manuel Barateiro de Sousa, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Roberto José Lopes Cortegano, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço e Maria João Camolas Contente Caleira.

O Sr. Presidente começa por cumprimentar todos os presentes e dá as boas vindas ao Bairro Alentejano na freguesia da Quinta do Anjo. Publicamente agradece em nome do município a cedência das instalações à Sociedade de Recreio do Povo do Bairro Alentejano. Sendo esta reunião realizada no âmbito da semana dedicada à Freguesia de Quinta do Anjo, Semanas Descentralizadas, manifesta as saudades que tinha da proximidade depois de dois anos de pandemia. Refere que, já no ano transato, se recuperou este percurso, seja nas sessões do "Eu Participo" e nas Semanas [Semanas das Freguesias], e regozija-se das(os) senhoras/es munícipes e a população em geral, optarem por uma cidadania ativa e participativa e têm procurado estes momentos para se debater coletivamente os assuntos que interessam, sejam eles particulares ou referentes à comunidade em geral.

Sublinha que este é o objetivo nas semanas descentralizadas: proximidade, contato, troca de experiências, debate, aprofundamento das questões, sendo para isso que o executivo está presente.

Antes de dar as restantes explicações sobre o funcionamento da sessão e do que trabalho desenvolvido durante a semana, dá nota dos atos prévios.

SUBSTITUIÇÃO NA REUNIÃO DE CÂMARA:

Na sequência do pedido de substituição para a reunião de Câmara Municipal do dia de hoje, apresentado pelo Sr. Vereador Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão, por motivos pessoais, foi convocada, nos termos dos n.ºs. 1 e 2, do art. 79º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, a Sra. Ana Elísia Gonçalves Monteiro. (Anexos a esta ata como documento n.º 1)

SUBSTITUIÇÃO NA REUNIÃO DE CÂMARA:

Na sequência do pedido de substituição para a reunião de Câmara Municipal do dia de hoje, apresentado pelo Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro, por estar ausente da área da autarquia, foi convocado, nos termos dos n.ºs. 1 e 2, do art. 79º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, o Sr. Roberto José Lopes Cortegano. (Anexos a esta ata como documento n.º 2)

Os pontos que constituem a Ordem do Dia desta reunião são os seguintes:

PONTO 1 – Aceitação de doações

PONTO 2 – 2.ª Alteração Permutativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023-2027

PONTO 3 – Alteração à planta-síntese de loteamento de reconversão da AUGI da Marquesa II – 2.ª Fase

Requerente: Administração Conjunta da AUGI da Marquesa II – 2.ª Fase. Processo L-11/02. Local: Quinta da Marquesa II – 2.ª Fase, Barra Cheia – Freguesia de Quinta do Anjo

PONTO 4 – Regulamento do Programa do Apoio Social à Esterilização – Início do procedimento e participação procedimental

PONTO 5 – Atribuição de apoio financeiro à ARCOLSA – Associação Regional de Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida para a realização da 27.ª edição do Festival Queijo, Pão e Vinho

PONTO 6 – Atribuição de apoio financeiro à Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó para a realização da 26.ª edição da Mostra de Vinhos em Fernando Pó

PONTO 7 – Atribuição de apoio financeiro à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Pedro da Marateca – Igreja Nossa Senhora das Graças

PONTO 8 – Palmela Desporto, E.M. – Relatório e Prestação de Contas 2022

PONTO 9 – Atribuição de apoio financeiro no âmbito do Programa Municipal de Teatro

APROVAÇÃO DE ATAS

Ao abrigo do preceituado nos n.ºs. 2 e 6 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a Câmara Municipal de Palmela delibera a aprovação das seguintes atas, sendo as mesmas assinadas pelo Sr. Presidente e por quem as lavrou. Foi dispensada a leitura das mesmas, por unanimidade, por terem sido previamente distribuídas a todos os membros do órgão executivo:

—ATA n.º 12/2022, da reunião ordinária de 8 de junho de 2022. **A ata foi aprovada, por unanimidade. As Sras. Vereadoras Fernanda Pésinho e Ana Elísia Monteiro e o Sr. Vereador Roberto Cortegano, não votaram por não terem estado presentes na referida reunião.**

— ATA n.º 25/2022, da reunião ordinária de 21 de dezembro de 2022.

A ata foi aprovada, por unanimidade. A/O Sra./Sr. Vereadora/Vereador Ana Elísia Monteiro e Roberto Cortegano, não votaram por não terem estado presentes na referida reunião.

— ATA n.º 1/2023, da reunião ordinária de 11 de janeiro de 2023.

A ata foi aprovada, por unanimidade. O Sr. Vereador Roberto Cortegano, não votou por não ter estado presente na referida reunião.

ATOS PRATICADOS POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Em matéria do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos atos praticados em matéria de subdelegação de competências pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, no âmbito do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico, no período compreendido entre 24/02/2023 a 14/03/2023.

ATOS PRATICADOS POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Em matéria do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 4, dos atos praticados por subdelegação de competências pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, no âmbito do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos, no período compreendido entre 27/02/2023 a 14/03/2023.

ATOS PRATICADOS POR (SUB)DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Em matéria do Departamento de Obras, Logística e Manutenção:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 5, dos atos praticados em matéria do Departamento de Obras, Logística e Manutenção, pelo/as Sr./as Presidente, Dr. Álvaro Balseiro Amaro; Vereadora Fernanda Pésinho; e Diretora do Departamento de Obras, Logística e Manutenção, Dra. Teresa Palaio, no período compreendido entre 28/02/2023 a 13/03/2023.

DESPACHOS EMITIDOS POR (SUB)DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - No âmbito do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos / Divisão de Atendimento e Administração Geral - Secção de Licenciamentos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 6, dos processos despachados pelos Srs. Presidente, Dr. Álvaro Balseiro Amaro; e Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, Dr. Paulo Pacheco, no âmbito da Divisão de Atendimento e Administração Geral – Secção de Licenciamentos, no período compreendido entre 01/03/2023 a 14/03/2023.

Contabilidade

Pagamentos autorizados

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara Municipal que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 01/03/2023 a 14/03/2023, no valor de 2.340.869,72 € (dois milhões, trezentos e quarenta mil, oitocentos e sessenta e nove euros e setenta e dois cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 7.

Tesouraria

Balancete

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 14/03/2023, apresenta um saldo de 21.184.000,30 € (vinte e um milhões, cento e oitenta e quatro mil euros, trinta cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 18.475.609,79 € (dezoito milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, seiscentos e nove euros e setenta e nove cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 2.708.390,51 € (dois milhões, setecentos e oito mil, trezentos e noventa euros e cinquenta e um cêntimo).

METODOLOGIA DE FUNCIONAMENTO DAS REUNIÕES DE CÂMARA DESCENTRALIZADAS

O **Sr. Presidente** começa por explicar que, nas reuniões descentralizadas, inverte-se a metodologia de funcionamento das mesmas, para possibilitar o Período da Intervenção do Público no seu início, seguindo-se depois o Período Antes da Ordem do Dia e, por último, a Ordem do Dia.

SEMANA DA FREGUESIA DE QUINTA DO ANJO

O **Sr. Presidente** refere que a Câmara Municipal de Palmela está a promover a Semana da Freguesia de Quinta do Anjo, no âmbito do ciclo de semanas descentralizadas 2023, e depois de três anos difíceis e com restrições devido à pandemia, tem sido muito bom perceber que as pessoas sentiram falta destes processos participativos, do contacto direto e do debate franco e

frontal. Acrescenta que todas as semanas que já se realizaram, até ao momento, foram muito produtivas e participadas e que a Freguesia de Quinta do Anjo não tem sido exceção.

Começa por apresentar o programa, referindo que a manhã de segunda-feira foi preenchida com uma reunião interna de coordenação dos serviços para ultimar os preparativos da Semana e tratar dos dossiês a abordar.

Na terça-feira de manhã, a sede da Junta de Freguesia acolheu a reunião entre executivos, a qual considera ter sido muito intensa e marcada pela partilha de informação sobre projetos e temas de interesse para a freguesia.

Refere que na reunião, foi possível conferir os assuntos levantados pela Junta de Freguesia, dar a conhecer o pacote de investimentos municipais previstos ou em curso neste território (com especial incidência nas redes de infraestruturas e na beneficiação da rede viária, onde o Município está a investir fortemente), efetuar um primeiro balanço sobre a execução das novas competências transferidas pelo Município na área da limpeza, dos jardins, da gestão e conservação dos Espaços de Jogo e Recreio, sendo o mesmo positivo. Refere ainda que se analisaram diversas questões a resolver e a melhorar, sendo entendimento do município reforçar os meios ao dispor da Junta de Freguesia, para que a resposta à satisfação dos munícipes seja, mais próxima, mais rápida, mais frequente e eficaz.

Foram analisados assuntos relacionados com arranjos paisagísticos em algumas zonas, com novos prolongamentos de calçada para fecho de malha e contínuos urbanos, mas também assuntos que competem à Junta de Freguesia, como a reposição de calçadas em diversos espaços. Aponta também que se analisaram aspetos, muito pragmáticos e práticos do dia-a-dia, como a necessidade de apoio técnico para desentupimentos de sargetas, podas de árvores que não estão a cargo da Junta de Freguesia, mas que compete (não só pelo porte) à Câmara Municipal.

Informa que foram ainda analisados diversos projetos e investimentos dos quais dará conta mais adiante.

Assinala que Junta de Freguesia aproveitou a ocasião para transmitir várias questões consideradas mais prementes e que deveriam surgir no âmbito da semana, designadamente o contacto com associações locais, a preocupação com a utilização (ou fecho) de chafarizes e bebedouros e o acesso à água por algumas pessoas que ainda não estão ligadas à rede pública, pois os milhares de litros de água fornecidos - muitas vezes, de forma abusiva - são registados pela Entidade Reguladora como água perdida pelo município, como se houvesse desperdício com roturas na rede, o que penaliza fortemente a autarquia, na classificação junto da entidade. Esclareceu igualmente que, se por um lado, o município tem a preocupação de assegurar o direito básico à água, também tem, por princípio, não desperdiçar. Esclarece que para se terá legitimidade do direito à água, deve-se cumprir um conjunto de requisitos, como o licenciamento das suas casas, a requisição de ramais, entre outros. Informa que, ainda assim, a Câmara Municipal tem ultrapassado algumas destas situações com a elaboração de contratos-provisórios

que permitem o abastecimento transitoriamente, dando tempo aos municípios para regularizarem o que for necessário.

Aproveita para esclarecer que existem zonas, quer pela sua dispersão ou pela génese no território, onde não existe rede, estando o município disponível para efetuar o investimento, em função do número de requerimentos e da legalidade da matéria.

Informa que foi comunicado ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia que, sabendo da existência de reparos por se ter mandado fechar os pontos de abastecimento, o município tem estado a trabalhar em soluções alternativas, seja no prolongamento das redes, seja até na contratualização, nas zonas periféricas ou limítrofes (já o fazem, Palmela vende água ao Barreiro e à Moita e vice-versa), pois não se justifica ter um sistema de abastecimento com captação e adução próprio só para essa zona, rentabilizando o município o seu investimento, optando por esse tipo de abastecimento (em alta e os outros municípios em baixa).

Explica diversos investimentos que serão efetuados, dando como exemplo a zona das Marquesas II, junto à Rua do Faia e na envolvente, cujo estudo prévio que existe é de cerca de 130 mil euros e, na próxima revisão ao orçamento, têm o compromisso de colocar verba para esse projeto. Esclarece que este projeto tem que existir na medida em que tem de atravessar uma zona por baixo da autoestrada e, por isso, tem que ser submetido à Infraestruturas de Portugal. Assume o compromisso político para se avançar com este investimento.

Tem a expectativa que na zona de Brejos de Carreiros (Quinta das Flores e outras zonas mais dispersas), com as obras de urbanização e infraestruturização que terão que ser realizadas por uma unidade industrial que irá instalar-se na zona, poderá existir um prolongamento de rede para esse abastecimento. Reforça que nesta zona os municípios devem fazer o requerimento à Câmara Municipal com o pedido de ligação à rede, para se ter uma ideia do número de pessoas que pretendem ser abastecidas pela mesma. Esclarece que existe um custo/benefício do investimento, pois todos os prolongamentos e investimentos nesta área serão pagos por todos com o aumento da “chamada” tarifa fixa, pois estas são as regras e a gestão implica que se seja transparente neste assunto. Informa que a Câmara Municipal está disponível para fazer estes prolongamentos, mas necessita de saber para onde e para quem vai servir. Alerta que em muitos locais as construções foram licenciadas com auto infraestruturização e, neste caso, a “exigência” de rede ao município, que é suportada por todos nós, deve ter algum racional de ponderação e equilíbrio.

Relativamente à AUGI da Quinta da Torre, em Cabanas, cujo processo de desenvolvimento do loteamento tem tido algumas inércias, a Comissão de Administração já tem um projeto que a Câmara Municipal está a procurar verificar se está aprovado, informa que existe o compromisso do município de não se esperar pelas obras promovidas pela AUGI, e se a autarquia puder utilizar o espaço público - que ainda não é público, na medida em que ainda está em terrenos que não estão devidamente emparcelados, mas hoje em dia já existe utilização pública – irá realizar as intervenção para o abastecimento, pois existem condições para o fazer com relativa facilidade.

Referindo-se à Educação, constata que a freguesia da Quinta do Anjo está a crescer, tem mais procura, mais crianças e adolescentes. Informa que no planeamento e na Carta Educativa estão identificadas as necessidades de mais uma ampliação da recém ampliada EB de Cabanas, estando a Câmara Municipal a procurar adquirir o terreno, sem excluir a hipótese de se poder vir a considerar outra localização. Mais informa que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia propôs a remodelação do antigo Colégio Guimarães e tornar-se na "Cabanas 2", mas a Câmara Municipal considera que, neste momento e por uma questão de aproveitamento de sinergias, recursos humanos e de outros equipamentos (refeitórios, entre outros), valerá a pena pensar em primeiro lugar na ampliação da atual EB de Cabanas.

Partilha que foi também abordada a inclusão na revisão do Plano Diretor Municipal sobre questões, que já fizeram chegar à Administração Central, para uma futura Escola Básica de 2.º e 3.º ciclo na freguesia de Quinta do Anjo, na envolvente das Colinas da Arrábida, por via de terrenos que virão à posse do município decorrentes de outras operações de loteamento.

Informa ainda que foi abordada a instalação de postos de carregamento elétricos, na freguesia, estando o município a lançar um procedimento para concessionar um conjunto de localizações e de postos em todo o concelho, prevendo-se 3 para a freguesia de Quinta do Anjo – um em Cabanas e dois em Quinta do Anjo.

Acrescenta que na reunião abordou-se também o Mercado Municipal de Quinta do Anjo, cuja gestão será transferida para a Junta de Freguesia, um espaço que tem acolhido, não só para o famoso "Mercado da Aldeia", mas também a realização de um conjunto de iniciativas e eventos. Refere que existem alguns espaços que estão cedidos a entidades e contratos de comodato que estão desatualizados, pois existiram entidades que não assumiram a cedência do espaço, pelo que existe a necessidade de as atualizar, discutir coletivamente o que se irá fazer, pois a Divisão de Desenvolvimento Económico e Turismo tem a intenção de dinamizar o Mercado de Saberes e Sabores. Conclui que, junto de todos os parceiros e em conjunto com a Junta de Freguesia, darão mais "vida" ao espaço, que foi recuperado nos últimos dois anos.

No que diz respeito a visitas técnicas, refere que foram abordadas as seguintes questões:

- no espaço de descompressão de Brejos de Carreteiros - iluminação pública e de limpezas;

- no Bairro Maria Luísa - pavimentação do prolongamento da Rua José Régio até à Rua 1.º de maio, bem como a Rua João Moreira. No local foi possível perceber que existem algumas questões de drenagem pluvial que têm de ser devidamente asseguradas em projeto;

- no espaço da Biblioteca Municipal e do Atendimento Municipal - recentemente foram realizadas umas obras de conservação nas portas e janelas para mais eficientes, mas que necessita de uma grande remodelação. Assume o compromisso avançar a curto prazo para soluções de melhoria do piso e da envolvente, de ampliação, com a criação uma nova sala de leitura para a parte infantil e vedação da zona, de forma a evitar usos indevidos do espaço.

- na Praceta Antero de Quental - foi possível conferir um desiderato antigo que existe há dois anos, partilhando com o executivo da Junta de Freguesia, com alguns técnicos e com algumas pessoas presentes, qual o conceito de Espaço de Jogo e Recreio que têm programado para a zona, incluindo um circuito de *multifitness*. Refere que se trata de um projeto que será lançado ainda este ano, sendo intenção que na Semana da Freguesia da Quinta do Anjo do próximo ano esta obra possa estar concluída.

- Em zonas indicadas pela Junta de Freguesia - necessidade da continuidade de alguns pavimentos acessíveis (passeios) e melhorias paisagísticas.

Dá nota da existência de reuniões com Associações de Moradores e instituições, realçando a reunião da Sra. Vereadora Maria João Camolas com a Associação de Moradores das Marquesas II, que se encontra perto de comemorar 36 anos, enaltecendo o elevado empenho e ousadia que permitiu regularizar a área urbana, inicialmente génese ilegal (AUGI - Área Urbana de Génese Ilegal), num loteamento, que hoje em dia tem muita procura. Enaltece ainda o trabalho da associação que, nos dias de hoje, dá respostas à comunidade, no plano do recreio, do lazer, da música, do canto, da ginástica, entre uma série de outras atividades. Refere que a associação tem, atualmente, um projeto, entre outros de melhoria do bairro, que passa pela construção de balneários de apoio ao Polidesportivo, e assume o compromisso do município de estabelecer um contrato-programa para co-financiar este investimento.

Dá ainda nota que, durante o presente dia e em conjunto com toda a Vereação, Comunicação Social e equipas municipais, foram visitadas um conjunto de obras que estão em curso:

- Rua Manuel Carvalho Demésio, num investimento de 132 mil euros, votada no projeto "Eu Participo", com intervenções no abastecimento de água nova e drenagem pluvial, pavimentação e criação de bermas e valetas;

- Em Cabanas, depois de muitas insistências e de quase três anos de luta, anunciou-se a aprovação do projeto por parte da Infraestruturas de Portugal para a construção de 450 metros de ciclovía entre a saída dos Portais da Arrábida e a entrada da localidade de Cabanas;

- Pavimentação da Rua Manuel Basílio e da Rua João Petróneo, em Cabanas, que incluem a substituição da rede de água, colocação de válvulas novas e melhoria de ramais;

- Rua António Joaquim Ferreira Calote, em Cabanas (junto à escola), num investimento que ascende os 100 mil euros, para substituição de rede de água, respetivos ramais, rede de drenagem pluvial, bermas, valetas, passeio e pavimentação, entre outras;

- Junto à EB de Cabanas, verificação do terreno que se pretende adquirir o mais breve possível.

Faz também referência a visitas a um conjunto de empresas e realça o seu contributo para o desenvolvimento económico local, para a promoção do território e pelas sinergias que criam. Realça ainda a existência de uma grande atratividade por algumas zonas do concelho e a

unanimidade das empresas em considerar as vantagens de se instalarem no nosso concelho, pelas sinergias, existência de empresas congéneres, mas também pela excelente localização.

Destaca as visitas efetuadas da seguinte forma:

- SIMAR | Simão Pimenta – Indústria de Alumínio e PVC, uma empresa em crescimento, com tecnologia muito avançada, que veio para Palmela em 2019 e que se encontra a criar um outro pólo no eixo da Estrada dos 4 Castelos;

Irrimac – Importação, Distribuição e Montagem de Equipamentos, Lda, uma empresa sediada há alguns anos em Palmela, ligada à montagem e distribuição de equipamentos de rega, conservação de campos e zonas florestais e de golfe, que estava sediada em Vale do Alecrim, Palmela e deslocou-se para a Freguesia de Quinta do Anjo.

NewCold - Um novo investimento, num espaço que já não é novo, mas que felizmente foi adquirido e reabilitado, na antiga Grula/Elos. Trata-se de uma empresa que está junto com a FrigoServices instalada há alguns anos no MARL em Lisboa, multinacional com suporte na Holanda, que tem logística em todo o mundo na área do frio e da segurança alimentar. Informa que projeto no concelho de Palmela, que será implementado numa forma faseada, foi apresentado a toda a Vereação. Considera um projeto ambicioso, num novo armazém de frio automatizado com conclusão para final do ano 2025, sendo que a primeira fase abrirá a 1 de julho do presente ano, aproveitando as atuais instalações. Refere que a fixação desta empresa no concelho de Palmela está a atrair a atenção de grandes clientes nacionais e internacionais, pela sua perspetiva de crescimento e pelo seu posicionamento estratégico.

Conclui que a NewCold Palmela visa atingir a capacidade de armazenamento de 56 mil lugares de paleta e criará 140 postos de trabalho diretos, tendo assumido o compromisso, desde o início que foi acompanhada pelo município, de ficar registada em Palmela e não em Lisboa.

Continua a informar as visitas e destaca a efetuada a um novo equipamento municipal, na área do bem-estar animal e na proteção de pessoas. Refere que se trata de um equipamento que pretende dar resposta à existência de canídeos abandonados que, no seu estado mais selvagem, se formam matilhas e têm por vezes um comportamento mais assustador. Como não são animais passíveis de serem recolhidos e colocados no CROA (Centro de Recolha Oficial de Animais) com facilidade ou mesmo em outras instituições parceiras do bem-estar animal, que no território acabam por ser a grande resposta para este flagelo, o município foi desafiado a construir um parque de matilhas, que está concluído e permitirá acolher uma matilha entre 2 a 10 animais assilvestrados. Realça o interesse do projeto, pelo facto de contar com a participação de um conjunto de cuidadores/as da comunidade que se disponibilizaram para fazerem o acompanhamento destes animais.

Realça a visita aos recém-concluídos balneários do Polidesportivo no Bairro Alentejano, um investimento de 57 mil euros, com balneários duplos, casas de banho para o público e para deficientes, encontrando-se o equipamento certificado.

Refere que ainda falta concluir a envolvente e o compromisso (depois de falado com a Junta de Freguesia) de efetuar um protocolo entre a Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano e a Câmara Municipal para a gestão do espaço, ficando responsável pelo mesmo para maior dinamização e aproveitamento.

Aproveita para informar que, recentemente, foi concluída a melhoria dos toldos e ensombramento na Escola Básica do Bairro Alentejano, tendo também, a algum tempo, sido melhorado o logradouro do pré-escolar, indo ao encontro dos pedidos das educadoras das crianças e das famílias.

Dá nota que, na Rua dos 3 Concelhos, estão a ser prolongadas as infraestruturas de forma a fechar a malha do concelho de Palmela. Adianta que existe também a intenção de efetuar um prolongamento de infraestruturas num arruamento perpendicular que vai da Urbanização Manuel Gomes à Rua 25 de Abril, que fica quase encostado ao Concelho do Barreiro.

Assume o compromisso, tal como o fez com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia e com os municípios da Rua das Searas, de executar a empreitada de asfaltamento no ano de 2024.

Relativamente à Estrada dos 4 Castelos, informa que o fim da empreitada está previsto (oficialmente), para 7 de abril, uma obra que considera importante, indispensável e necessária, que vai qualificar os acessos e a mobilidade.

Refere ainda que a visita terminou no Espaço Fortuna para verem a “Janela da Arrábida”, uma empreitada importante de requalificação do espaço, num investimento de 731 mil euros com a comparticipação do anterior Quadro Comunitário. Trata-se da criação de um equipamento de visita, acolhimento e de entrada privilegiada para quem deseja conhecer e aventurar-se no parque. Informa que o parque de estacionamento, os lugares para autocaravanas, para BTT e espaços exteriores estão concluídos e o edifício um, está requalificado. Mais informa que foram criados novos sanitários para o público e balneários para quem trabalha no espaço da restauração e que, na olaria, o edifício é quase novo, com novas fundações, estrutura, telhado e irá ter painéis solares.

Informa também sobre a reunião realizada com a ARPIBA – Associação de Reformados Pensionistas e Idosos do Bairro Alentejano e Arredores, instituição que avançou, a alguns anos, com a sua primeira fase do Centro de Dia e que, futuramente, pretende também criar um Serviço de Apoio Domiciliário. Realça o apoio significativo do município e a candidatura que a associação apresentou ao Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais de 3 Geração (PARES 3), considerando que este foi o melhor caminho para se perspetivar a conclusão deste importante equipamento para a Freguesia de Quinta do Anjo. Mais realça o compromisso do município em participar percentualmente a obra na parte que faltar para que a sua conclusão seja uma realidade. Conclui que a reunião permitiu aferir estas questões e os *timings*, dando conhecimento dos apoios prestados, da isenção de taxas urbanísticas e de outras taxas municipais.

Dá nota de um conjunto de outras reuniões que foram realizadas e informa que, no dia seguinte, terá, juntamente com os Srs. Vereadores, um conjunto de atendimentos sobre várias áreas, realçando uma reunião com a Associação de Proprietários e Moradores de Palmela Village, para se analisar algumas questões que não se encontram bem resolvidas.

Deixa o convite e apela à participação no aniversário da Associação de Moradores da Quinta das Flores e Olhos de Água e para a abertura do 3.º Centro Municipal de Marcha e Corrida no concelho – o Centro de Marcha e Corrida de Quinta do Anjo, que contará com a presença dos Jorge Grave e Pedro Pichardo, que é padrinho do Centro e do projeto. Convida ainda a população a associar-se a estes centros de marcha pois permitem ter hábitos de vida saudáveis.

Informa da abertura do procedimento concursal, que aguarda a publicação em Diário da República, para a segunda fase da Rua Manuel Xavier de Carvalho e da resposta da Infraestruturas de Portugal sobre uma questão que tem vindo a ser reivindicada (tem tido várias reuniões e o próprio executivo municipal, por unanimidade, tem chamado a atenção da tutela), sobre o estado em que se encontra a Estrada Nacional 379, desde São Gonçalo até à Volta da Pedra, que, embora não seja a resposta que corresponde ao solicitado pela Câmara Municipal de Palmela e prometido pela Infraestruturas de Portugal, trata-se de uma primeira fase que espera que se concretize. Conclui, referindo que se trata do compromisso de reabilitação de 6 quilómetros – entre o Km 29 e o km 35, até à zona do cemitério da Quinta do Anjo e que será a primeira fase, que se encontra em fase de projeto e nos planos de investimento das Infraestruturas de Portugal para 2024.

Refere que pretendeu dar conhecimento das intervenções que o executivo tem realizado na freguesia da Quinta do Anjo. Conclui que, com estas visitas, conseguem-se “fechar” muitos assuntos e contratualizar outros, alerta que a lista do caderno de encargos que a Junta de Freguesia tem é enorme e considera que a riqueza destes encontros, do trabalho de proximidade, de debate e análise dos assuntos, consiste em levar mais trabalhos para “casa”, assumir compromissos e o empenho na sua resolução.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** começa por agradecer a presença do público e menciona que, tratando-se de uma reunião ordinária descentralizada, o período que se segue é destinado à intervenção do mesmo. Concede a palavra a quem queira intervir, fazendo a observação de que, se algum/a dos/das intervenientes não quiser que a sua intervenção conste em ata, deve dizê-lo, para que se respeite a sua vontade.

[Parte da ata só disponível para consulta na Câmara Municipal, mediante requerimento fundamentado, em virtude de poder conter informação sensível no âmbito do Regulamento Geral de Proteção de Dados]

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

. **Moção** (Pelo fim da escalada da violência na Palestina).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da moção no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (1.ª Grande Prova Nacional "Bombeiro de Elite").

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (International Awards Virtus – Adega Camolas).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Grand International Wine Awards MUNDUS VINI Spring Tasting 2023 – Casa Ermelinda Freitas).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (6.ª Edição dos Prémios Grandes Escolhas 2022 – Leonor Freitas – Casa Ermelinda Freitas – Sociedade Vinícola de Palmela – Adega de Palmela).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Pedro Pablo Pichardo Peralta).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (António Antunes).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

O Sr. Presidente apresenta a moção que se transcreve:

. **Moção** (Pelo fim da escalada da violência na Palestina).

"Na última Moção aprovada por esta Câmara Municipal sobre o tema, parafraseava-se o enviado especial da ONU para o Médio Oriente, quando referiu que a repressão israelita «está a transformar 2022 no ano mais mortífero para os palestinos da Cisjordânia desde que a ONU começou a compilar dados». No entanto, desconhecíamos, ainda, a dimensão da escalada de violência que o início de 2023 iria trazer.

Depois de, no final de fevereiro, Israel e Palestina se terem comprometido a trabalhar em conjunto para acalmar a situação, num encontro realizado na vizinha Jordânia, a cidade de Huwara e várias aldeias vizinhas amanheceram em chamas, no dia seguinte, na sequência de um ataque massivo de colonos israelitas, que matou uma pessoa, feriu cerca de 350 e destruiu e saqueou três dezenas de casas e uma centena de automóveis.

A 7 de março, um raide israelita num campo de refugiados em Jenin resultou em nove mortos, entre os quais, um adolescente, e no dia 9, três jovens palestinos foram mortos a tiro dentro do seu carro na cidade de Jabaa', tendo o seu funeral resultado numa procissão que reuniu centenas de pessoas. Já no último fim de semana, mais três palestinos armados foram mortos depois de abrirem fogo contra soldados israelitas no norte da Cisjordânia, perto de Nablus.

À data, contabilizam-se 4.780 prisioneiras/os políticas/os palestinas/os nas prisões e centros de detenção israelitas (das quais 29 mulheres e 160 crianças) e desde o início de 2023, as forças israelitas já mataram 80 pessoas palestinas, incluindo uma mulher idosa e 13 crianças.

A escalada da violência, que se autoalimenta com ações e retaliações, acontece num momento em que o governo de Benjamin Netanyahu enfrenta forte contestação interna, devido à proposta de reforma judicial que, entre outras medidas, poderá abrir portas à anexação de facto dos territórios palestinos ocupados e retirar poder ao Supremo Tribunal. Esta alteração poderá deixar questões de segurança nas mãos do Governo e privar o Parlamento de um organismo que possa decretar a inconstitucionalidade das leis, já que o país não dispõe, ainda, de uma Constituição. Milhares de israelitas têm-se manifestado em todo o país, em defesa da democracia.

Face aos planos de Israel de ampliar e acelerar o licenciamento de armas de fogo para civis, o alto comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos afirmou que «a proliferação de armas de fogo aumentará os riscos de mortes e ferimentos de israelitas e palestinos» e que «as autoridades israelitas devem trabalhar para reduzir a disponibilidade de armas de fogo na sociedade». Volker Türk apelou aos líderes e autoridades que parem de utilizar linguagem que incite ao ódio e pediu a tomada de medidas urgentes para acalmar as tensões, sublinhando que todos os assassinatos e ataques devem ser investigados de acordo com os padrões internacionais. Já este mês, o chefe da diplomacia da União Europeia, Josep Borrell, exortou ao «fim imediato» dos ataques terroristas e António Guterres afirmou, perante a Comissão da ONU para o Exercício dos Direitos Inalienáveis do Povo Palestino, que «cada novo colonato é mais um obstáculo no caminho para a paz. Toda a atividade de colonização é ilegal à luz do direito internacional e deve cessar. Ao mesmo tempo, incitar à violência cria um impasse. Nada justifica o terrorismo, que deve ser rejeitado por todos».

No quadro da relação de amizade e cooperação que o Município de Palmela tem mantido com a Missão Diplomática da Palestina em Portugal, a Câmara Municipal de Palmela, reunida no dia 15 de março de 2023, **delibera:**

- Expressar a sua preocupação e repúdio face à grave escalada de violência;
- Reiterar a urgência de fazer cumprir as Resoluções das Nações Unidas, o respeito pelo Direito Internacional e os Direitos Humanos e o fim da ocupação ilegal dos territórios palestinos por Israel;
- Manifestar a sua solidariedade para com todas as pessoas afetadas pelo conflito israelo-árabe e o forte desejo de que seja encontrado e concretizado um caminho de Paz;

Dar conhecimento da presente moção às seguintes entidades:

- . Missão Permanente de Portugal junto das Nações Unidas
- . sua Excelência, o Presidente da República
- . sua Excelência, o Primeiro-Ministro
- . sua Excelência, o Ministro dos Negócios Estrangeiros
- . Grupos Parlamentares da Assembleia da República
- . Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Palestina
- . Missão Diplomática da Palestina
- . Embaixada de Israel em Portugal
- . Assembleia Municipal de Palmela
- . Juntas de Freguesia do Concelho de Palmela
- . Conselho Português para a Paz e Cooperação
- . Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente
- . CGTP-IN
- . UGT
- . Comunicação Social.”

Sobre a moção (Pelo fim da escalada da violência na Palestina) intervém:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** depois de cumprimentar os presentes, informa que os eleitos do PS irão votar favoravelmente esta moção, pois reconhecem o direito de existência de Israel e da Palestina. Refere que defendem a paz no conflito, quando os raides israelitas provocam mortes de palestinianos ou quando israelitas são mortos por palestinianos na Cisjordânia do Norte ou ainda quando um país soberano é invadido em oposição a todas as disposições do direito internacional.

Submetida a moção a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O **Sr. Presidente** apresenta a saudação que se transcreve:

. **Saudação** (1.ª Grande Prova Nacional "Bombeiro de Elite").

"Decorreu no passado dia 11 de março de 2023, na cidade de Coimbra, a 1ª Grande Prova Nacional "Bombeiro de Elite".

Este evento caracterizou-se como uma prova de resistência "quebra costas", cujo objetivo foi efetuar um percurso de 500 metros, com desnível positivo de 113 metros e um declive médio de 14,1. As/os participantes tiveram de envergarem equipamento de proteção individual (EPI) completo com botas de fogo urbano e aparelho respiratório isolante de circuito aberto (ARICA), no menor tempo possível.

A bombeira de 3ª, Maria João Jannuzzi, da Associação Humanitária dos Bombeiros Mistos de Águas de Moura, alcançou o 3º lugar no seu escalão.

Os bombeiros António Oliveira e Francisco Correia, alcançaram os igualmente os 5º e 41º lugares, nos seus escalões, tendo os Bombeiros de Águas de Moura ocupado o 30º lugar da classificação geral por equipas.

Reunida na Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano, a 15 de março de 2023, a Câmara Municipal de Palmela, **saúda** a bombeira e os bombeiros participantes, assim como a Associação Humanitária dos Bombeiros Mistos de Águas de Moura, pelos resultados alcançados nesta 1ª Grande Prova Nacional "Bombeiro de Elite".

Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** apresenta as saudações que se transcrevem:

. **Saudação** (International Awards Virtus – Adega Camolas).

"A Adega Camolas conquistou duas medalhas no Concurso *International Awards Virtus*, que se realizou em Lisboa, nos dias 4 e 5 de março.

Medalha Grande Ouro - Camolas Grande Escola – Vinha Velha 1931 – Castelão 2018

Considerado um dos melhores vinhos a concurso, de casta única Castelão, o seu néctar tem origem na Vinha Velha da Adega Camolas, plantada em 1931, resultando em vinhos de enorme complexidade e estrutura.

Medalha de Ouro - Camolas Moscatel de Setúbal – Reserva – Barrel Aged

Considerado um dos melhores a concurso, destaca-se também pelo facto de ter sido o único Moscatel da Península de Setúbal a obter esta distinção, reafirmando a qualidade do mesmo, que já conta com mais de 25 medalhas obtidas em concursos nacionais e internacionais.

Reunida na Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano, a 15 de março de 2023, a Câmara Municipal de Palmela, **saúda** a Adega Camolas, pelas distinções obtidas e pelo excelente trabalho e notoriedade alcançados no setor vinícola, contribuindo para a valorização e divulgação da região de Palmela no panorama internacional.”

Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. **Saudação** (Grand International Wine Awards MUNDUS VINI Spring Tasting 2023 – Casa Ermelinda Freitas).

“Os vinhos da Casa Ermelinda Freitas foram premiados com 15 distinções, no *Grand International Wine Awards MUNDUS VINI Spring Tasting 2023*, um dos mais conceituados concursos internacionais vínicos do mundo, que decorreu na Alemanha.

Nesta edição estiveram em prova mais de 7.500 vinhos oriundos dos quatro cantos do mundo, avaliados numa prova cega, composta por um júri internacional altamente qualificado e conceituado no setor vínico.

A Casa Ermelinda Freitas foi galardoada com 15 prémios, a saber:

Melhor Vinho do Concurso Mundus Vini 2023 – Spring Tasting da Península de Setúbal:

- Vinha do Fava Touriga Nacional 2021

Medalha Grande Ouro:

- Casa Ermelinda Freitas Moscatel de Setúbal Superior 2009

Medalhas Ouro:

- Terras do Pó Branco Reserva 2021

- Casa Ermelinda Freitas Merlot Reserva 2020

- Casa Ermelinda Freitas Alicante Bouschet Reserva 2020

- Casa Ermelinda Freitas Moscatel Roxo de Setúbal Superior 2010

- Dona Ermelinda Branco 2022

- Dona Ermelinda Tinto Reserva 2021

- Baía de Tróia Castelão 2021

- Vinha do Rosário Branco 2022

- Vinha do Fava Touriga Nacional 2021
- Vinha do Torrão Tinto 2021
- Quinta da Mimosa 2020
- Vinha do Torrão Branco Reserva 2021

Medalha Prata:

- Vinha do Torrão Tinto Reserva 2020

Reunida na Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano, a 15 de março de 2023, a Câmara Municipal de Palmela, **saúda** a Casa Ermelinda Freitas, pelas distinções obtidas, que, mais uma vez, refletem a qualidade dos vinhos produzidos neste Concelho, contribuindo para a valorização e divulgação desta Região Vitivinícola de Palmela no panorama internacional.”

Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. **Saudação** (6.ª Edição dos Prémios Grandes Escolhas 2022 – Leonor Freitas – Casa Ermelinda Freitas – Sociedade Vinícola de Palmela – Adega de Palmela).

“No passado dia 3 de março, em Sangalhos, a Revista Grandes Escolhas, revelou os vencedores da 6.ª Edição dos Prémios “Grandes Escolhas 2022”, que distingue os melhores vinhos, empresas, profissionais e instituições dos setores vitivinícola e gastronómico, em território nacional, tendo como objetivo o reconhecimento da excelência do trabalho realizado em cada ano, segundo os critérios editoriais da organização. Nesta edição, foram atribuídos 20 “Troféus Grandes Escolhas” nas mais diversificadas categorias.

Numa celebração do melhor que Portugal tem para oferecer no domínio dos vinhos e gastronomia, Palmela destacou-se em 2 categorias:

Troféu “Senhor/a do Vinho”

Galardão atribuído a Leonor Freitas, em reconhecimento pelo seu percurso profissional, pelo seu compromisso social e pela postura inspiradora e empreendedora, que tornou a Casa Ermelinda Freitas numa referência no mercado vinícola português e internacional.

Troféu “Empresa Vinhos Generosos 2022”

Nesta categoria o galardão foi atribuído à Sociedade Vinícola de Palmela, que se distinguiu pelos seus níveis de qualidade e prestígio comprovados pelos excelentes prémios obtidos nos concursos em que tem participado.

Para além dos troféus referidos, foram ainda anunciados os premiados nas categorias “Top 30 dos Melhores Vinhos 2022” e “Os Melhores 2022 por Região” num universo de 299 vinhos oriundos de diferentes regiões do país.

Categoria "Top 30 dos Melhores Vinhos 2022"

Prémio atribuído ao vinho *Trois Atlântico Branco 2021*, da Sociedade Vinícola de Palmela.

Categoria "Os Melhores 2022 por Região"

Nesta categoria, foram premiados 6 vinhos de Palmela, a saber:

Moscatel Roxo de Setúbal SVP 10 Anos | Sociedade Vinícola de Palmela

Moscatel de Setúbal SVP 20 Anos | Sociedade Vinícola de Palmela

Grande Reserva Tinto 2019 | Sociedade Vinícola de Palmela

Grande Reserva Branco 2021 | Sociedade Vinícola de Palmela

Trois Atlântico Branco 2021 | Sociedade Vinícola de Palmela

Grande Reserva Tinto 2017 | Adega de Palmela

Reunida na Sociedade Recreativa e Cultural do Povo do Bairro Alentejano, a 15 de março de 2023, a Câmara Municipal de Palmela, **saúda** a Adega de Palmela, a Sociedade Vinícola de Palmela e a Diretora-geral da Casa Ermelinda Freitas, Leonor Freitas, pelo excelente trabalho alcançado e pela notoriedade do setor vinícola, que está cada vez mais consistente e mais forte nos mercados nacionais e internacionais."

Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

A **Sra. Vereadora Maria João Camolas** apresenta as saudações que se transcrevem:

. **Saudação** (Pedro Pablo Pichardo Peralta).

"Pedro Pichardo, residente em Pinhal Novo, sagrou-se Campeão Europeu no Triplo Salto em Pista Coberta, em representação de Portugal, com a marca de 17,60m, nos Campeonatos Europeus de Atletismo em Pista Coberta, que se realizaram entre 2 e 5 de março de 2023, em Istambul na Turquia.

Para além de se sagrar bicampeão europeu, repetindo o título alcançado em 2021, Pablo Pichardo, bateu o recorde nacional do Triplo Salto em Pista Coberta por duas vezes (nas qualificações com 17,48m e depois na final com 17,60m), superando assim o seu próprio record alcançado em 2022.

Reunida em Palmela, a 15 de março, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** Pedro Pablo Pichardo Peralta pelo título de Campeão Europeu no Triplo Salto em Pista Coberta e pelo record nacional do Triplo Salto em Pista Coberta, desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva e que continue a dignificar o concelho."

Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. Saudação (António Antunes).

“António Antunes, atleta residente no Bairro dos Marinheiros, sagrou-se Campeão Nacional dos 800m, no escalão 60 anos masculino, no Campeonato Nacional de Pista Coberta - Veteranos, que se realizou nos dias 25 e 26 de fevereiro, em Braga.

Reunida em Palmela, a 15 de março, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** o atleta António Antunes pelo título alcançado, desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva e que continue a dignificar o concelho.”

Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

. Dia Internacional das Florestas – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** depois de cumprimentar os presentes informa que no dia 21 de março assinala-se o Dia Internacional das Florestas e, procurando sensibilizar a comunidade para a importância da salvaguarda da biodiversidade e promoção da floresta portuguesa, o Município de Palmela irá comemorar esta data com um programa de atividades dirigido à comunidade educativa e à população em geral.

Mais informa que o programa arrancou no dia 10 de março com a plantação de exemplares arbóreos e arbustivos no Monte Francisquinho, em Pinhal Novo, com a participação de alunos/as da EB Alberto Valente e termina no dia 30 de março com a realização de um *pedypapper* “Sobral de Quinta Do Anjo – Um ecossistema a descobrir” e conta com a participação de alunos/as da Escola Secundária de Palmela. Informa ainda que todo o programa pode ser consultado no site do município, do qual fazem parte os percursos interpretativos, as plantações para a recuperação das áreas ardidas, no âmbito da Campanha “A Nossa Serra. Ama | Planta | Cuida” que, com o apoio de voluntariado, conta já com quase 2 mil árvores plantadas.

Conclui, referindo que a participação e colaboração de todos/as é fundamental para a defesa da floresta e deixa o convite para a participação nas iniciativas organizadas pelo município.

Saída da reunião do Sr. Presidente

Nesta altura, o Sr. Presidente ausenta-se da sala.

O Sr. Vice-presidente assegura a coordenação da reunião durante a sua ausência.

. Obra de reforço da eficiência energética no Centro Cultural do Poceirão – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho informa que foi lançado concurso público para uma obra de reforço da eficiência energética no Centro Cultural de Poceirão, tendo como preço base da empreitada, acrescido de IVA, o valor de 29 000,93€.

Refere que se pretendem instalar painéis fotovoltaicos doados ao município, bem como a substituição parcial da cobertura original por painéis isotérmicos, melhorando assim o isolamento térmico. A empreitada inclui ainda o assentamento de escadas em estrutura metálica, para agilizar o acesso às diferentes cotas das coberturas existentes.

Conclui, referindo que a obra está sujeita a financiamento do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência)

. Recuperação da Torre de Menagem e corpos contíguos – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho informa que o município lançou um procedimento para adjudicação de estudos de projeto para recuperação da Torre de Menagem e corpos contíguos e numa zona adjacente da muralha no Castelo de Palmela, tendo como preço base, com IVA, o valor de 24.477,00€.

Refere que pretende-se realizar o levantamento das tipologias geotécnicas/estruturais /construtivas, com o objetivo de caraterizar, identificar as anomalias bem como soluções construtivas a adotar, para obter o levantamento arquitetónico rigoroso das áreas a tratar.

Refere ainda que será produzido um relatório final do estudo desenvolvido, contendo a informação recolhida devidamente organizada com identificação das principais anomalias e será entregue um projeto de reabilitação para a Estabilização Estrutural da Torre de Menagem e corpos contíguos.

. Abertura de concurso público para a empreitada de “Repavimentação da Rua Jaime Lopes Baião – Venda do Alcaide” – A Sra. Vereadora Maria João Camolas informa a abertura de concurso público com um valor base de € 99.958,00 (IVA incluído), com um prazo de execução de 90 dias, numa extensão de 186 metros.

Refere que os trabalhos de repavimentação considerados no projeto são a execução de trabalhos diversos no âmbito de obras na rede de abastecimento de água drenagem pluvial e pavimentação, com blocos de betão (pavê), camadas de base de apoio estrutural e sinalização.

Mais refere que se trata de uma via rodoviária e pedonal, com o intuito de criar uma zona de coexistência, de âmbito local, com um só sentido de trânsito, com largura média total de 6,00m, e que serve um conjunto de habitações.

. Abertura de concurso público para a empreitada de "Pavimentação da Rua do Anselmo – Pinhal Novo" – A **Sra. Vereadora Maria João Camolas** informa a abertura de concurso público com um valor base de € 137.800,00 (IVA incluído), numa extensão de 635 metros.

Refere que os trabalhos de pavimentação considerados no presente projeto, são a execução de trabalhos diversos, no âmbito de obras de pavimentação com massas betuminosas, camadas de base de apoio estrutural e valetas em terra batida onde necessário.

Refere ainda que será também substituída a rede de abastecimento de água, será executada a sinalização vertical e horizontal e serão aplicados novos impasses RSUs (Resíduos Sólidos Urbanos).

Conclui, referindo que se trata de uma via rodoviária de âmbito local, que serve um conjunto de habitações.

. Organização de atividades com os Agrupamentos de Escola – A **Sra. Vereadora Maria João Camolas** informa que se realiza, entre os dias 27 e 31 de março, a 1.ª Fase Interescolas dos Jogos Desportivos Escolares, estando prevista a segunda fase para a primeira quinzena de junho. Refere que esta é uma iniciativa com a organização da Câmara Municipal de Palmela, as Escolas Básicas Hermenegildo Capelo, José Saramago e José Maria dos Santos e as Escolas Secundárias com 3.º CEB de Palmela e de Pinhal Novo, que prevê o envolvimento de cerca de 900 alunos/as e 90 docentes nesta fase, em que se disputam os quadros competitivos das modalidades individuais (atletismo, badminton, orientação e ténis de mesa) e coletivas (andebol, basquetebol, softbol e voleibol).

. Inauguração do Centro de Marcha e de Corrida de Quinta do Anjo – A **Sra. Vereadora Maria João Camolas**, dando continuidade à notícia partilhada pelo Sr. Presidente sobre a inauguração do Centro de Marcha e Corrida de Quinta do Anjo no próximo sábado dia 19 de março, deixa o convite a toda a população.

. Ciclismo - Clássica da Arrábida – A **Sra. Vereadora Maria João Camolas** informa que, no próximo domingo, decorre a Clássica da Arrábida e, integrado na organização deste evento, realizar-se-á no próximo dia 1 de abril, no Largo de São João, em Palmela, o "Open Arrábida de Palmela", organizado pela Federação Portuguesa de Ciclismo, com o apoio da Câmara Municipal.

Mais informa que se trata de um evento que promove a iniciação ao ciclismo para crianças e jovens entre os 3 e os 12 anos, que pretende estimular os participantes a aprender a andar de bicicleta, experimentar gincanas, pista insuflável, corridas de *balance bikes* e paraciclismo.

. 2.º Prémio Juvenil de Ciclismo do Concelho de Palmela – A Sra. Vereadora Maria João Camolas, informa que, no próximo dia 26 de março, realizar-se-á, no Pinhal Novo, entre as 9h30 e as 13h30, um evento que contempla sete provas de ciclismo em circuito urbano circular, estando prevista a participação de cerca de 150 ciclistas.

Aproveita para deixar o convite a toda a comunidade.

Regresso à sala do Sr. Presidente

Nesta altura, o Sr. Presidente regressa à sala e assume o seu lugar.

Assuntos apresentados pelos Srs. Vereadores Carlos de Sousa e Roberto Cortegano

. Acidente ocorrido com uma criança no parque infantil em Quinta do Anjo – O Sr. Vereador Carlos de Sousa depois de cumprimentar dos presentes começa por relembrar a questão que levantou, na última reunião de Câmara Municipal, acerca do parque infantil na Quinta do Anjo, ao lado da Casa do Povo, e a informação partilhada pelo Sr. Presidente acerca da empresa responsável pela sua construção, que tinha verificado e que estava tudo conforme. Refere que essa não é a realidade e o que aconteceu foi um desastre com alguma responsabilidade, pois a ponte caiu e uma criança caiu e continua a usar uma cinta, porque fez uma luxação numa vertebra. Mais refere que, ainda hoje, ao passar pelo parque, teve a curiosidade de olhar e o mesmo continua vedado. Perante estes factos questiona que, tratando-se de um equipamento novo, se a autarquia não vai responsabilizar ou se pode responsabilizar a empresa que fez o trabalho, pois poderia ter acontecido uma situação mais grave à criança.

. Necessidade de execução de um abrigo junto à paragem em Quinta do Anjo – O Sr. Vereador Carlos de Sousa volta a questionar, pois já abordou algumas vezes este assunto, se existe alguma previsão para a colocação de uma paragem coberta junto ao novo estacionamento da Quinta do Anjo.

. Necessidade de funcionamento de uma farmácia no concelho que opere durante 24 horas – O Sr. Vereador Carlos de Sousa alerta que teve conhecimento que não existe nenhuma farmácia aberta 24 horas por dia no concelho de Palmela. Esclarece que não teve oportunidade de verificar a veracidade desta situação, mas se acontece, é incorreto, e em casos urgentes, quem está mais longe, tem de se deslocar a Setúbal. Conclui, considerando que, se esta situação se estende a todo o concelho, a autarquia terá que pressionar as entidades responsáveis para esta questão.

. Constituição de Comissão de Honra para as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril de 1974 – O Sr. Vereador Carlos de Sousa refere que tem algumas dúvidas acerca dos nomes que integram a Comissão de Honra, mas, por motivos óbvios, não os irá mencionar na presente reunião. Considera que o Sr. Presidente da Câmara não teve o bom senso democrático de discutir este assunto, de forma alargada com todos os Srs. Vereadores, incluindo os que não têm pelouro, não dando a conhecer a Comissão de Honra.

Tendo conhecimento que a Comissão de Honra é composta por 193 pessoas e que a mesma é que irá definir quais as orientações para o programa comemorativo, que será posto em prática por uma “dita” Comissão Executiva. Questiona quais foram os critérios para elencar estas 193 pessoas (cidadãos/ãs e entidades) e se existe algum regulamento para funcionamento desta Comissão de Honra, com tanta gente, e da Comissão Executiva. Refere ainda que existem mais algumas questões que não irá personalizar, porque incluem o nome de cidadãos/ãs, alguns dos quais lhe apetece perguntar porque estão e, em paralelo, porque não estão outros nomes. Questiona ainda porque, existindo algumas organizações de âmbito nacional e sendo esta comissão de Palmela, é que estão essas e não estão outras de âmbito nacional. Relembra os primeiros três “D’s” que os capitães de Abril disseram que eram os objetivos: Democratizar o país; Descolonizar o país e Desenvolver o país. Percebe o entendimento do Sr. Presidente quando coloca todas as escolas, todas as associações (de recreio, desporto, cultura) e entende a visão alargada que quer ter, mas quando chega ao desenvolvimento económico (ainda hoje parabenizaram um conjunto de entidades, em particular os vinhos) e se existe uma visão tão alargada da Comissão de Honra, questiona porque é que aqueles que contribuem para a produtividade do concelho, para a existência de milhares de postos de trabalho no concelho e que contribuem para o PIB nacional com uma importância tão grande, não integram a Comissão de Honra. Lembra as adegas do concelho, mas estão na Quinta do Anjo, a freguesia mais industrial do concelho e com inúmeras empresas que também contribuem para a riqueza concelhia, regional e nacional.

Conclui, questionando o critério para a escolha das 193 pessoas, associações e entidades que compõem a Comissão de Honra.

. Greve de professores, serviços mínimos e transportes escolares – O Sr. Vereador Roberto Cortegano depois de cumprimentar os presentes começa por referir a greve nas escolas que irá ocorrer na próxima sexta-feira, sobre a qual foi enviado para as escolas (pelo menos para algumas escolas do Pinhal Novo, das quais teve conhecimento) uma informação que irão ser prestados serviços mínimos. Mais refere que a informação que possui é que a empresa de transportes escolares, que transporta as crianças, recebeu a informação para não prestar serviço nesse dia, sendo a mesma transmitida pela autarquia. Questiona sobre a veracidade da informação e, caso se confirme, alerta que os pais não foram informados pela Câmara Municipal, e se haverá serviços mínimos.

. Execução de abrigos junto às paragens – O Sr. Vereador Roberto Cortegano alerta para a falta de abrigos em grande parte das paragens de transportes públicos da AML em todo o concelho. Questiona se a Câmara Municipal está a controlar esta situação e se o contrato está a ser cumprido pela AML.

. Acidente ocorrido com uma criança no parque infantil em Quinta do Anjo – O Sr. Vereador Roberto Cortegano refere que acredita que tudo se encontra dentro das normas e a lei esteja a ser cumprida. Julga ser demasiado perigoso o parque estar junto à estrada nacional sem qualquer tipo de vedação e proteção para as crianças e questiona se era possível efetuar mais alguma intervenção para os pais, que lá têm as suas crianças, poderem estar mais descansados.

. Circuito de manutenção de Quinta do Anjo – O Sr. Vereador Roberto Cortegano considera que este equipamento já merece uma requalificação, a começar por uma melhoria do próprio parque infantil e dos equipamentos que o compõe. Mais considera que o circuito devia ter outros equipamentos que o tornasse mais frequentado, com maior utilidade e mais apelativo.

. Centro de Recursos para a Juventude (CRJ) de Quinta do Anjo – O Sr. Vereador Roberto Cortegano solicita informação acerca da utilização e aproveitamento deste centro.

. Cine-Teatro de S. Gonçalo – O Sr. Vereador Roberto Cortegano tendo conhecimento que foi adquirido pela autarquia e que será recuperado, provavelmente para a instalação de um equipamento cultural, questiona qual o estacionamento ou bolsa de estacionamento que está previsto. Considera que, tratando-se de um equipamento cultural, irá precisar de um estacionamento considerável e, até mesmo para espetáculos que lá se realizem, será necessário prever estacionamento para as equipas dos espetáculos.

. Hortas comunitárias – O Sr. Vereador Roberto Cortegano refere que esta foi uma das medidas de apoio social apresentada pela PSD e que tem algum impacto na Freguesia de Quinta do Anjo, onde as hortas comunitárias que existem estão ocupadas. Nesse sentido, questiona a possibilidade de expansão das hortas comunitárias.

. Dificuldade em depositar o lixo proveniente de obras – O Sr. Vereador Roberto Cortegano partilha a informação de que os munícipes da Quinta do Anjo, segundo lhe foi transmitida, têm muita dificuldade em depositar o entulho/lixo de obras.

Respostas às questões apresentadas pelos Srs. Vereadores Carlos de Sousa e Roberto Cortegano

_ Acidente ocorrido com uma criança no parque infantil em Quinta do Anjo – O **Sr. Presidente** Refere que poderá existir alguma confusão com a informação de que o equipamento tinha sido inspecionado em novembro por empresa certificada e não que o equipamento estava em condições. Mais refere que estão a ser apuradas as responsabilidades.

O **Sr. Presidente** dá a palavra ao Diretor do Departamento de Cultura, Desporto e Juventude, **Dr. Calado Mendes**.

O **Dr. Calado Mendes** informa que assim que existiu conhecimento do acidente, os serviços atuaram e fizeram a participação do seguro municipal de responsabilidade civil. Neste momento, é o seguro que tem estado a fazer a cobertura, junto da família e da criança, cobrindo todas as despesas inerentes ao acidente, pelo que considera que se encontra tudo em conformidade com o previsto.

Quanto ao equipamento, informa que foi efetuada uma vedação para evitar o seu uso, na expectativa de que o seguro quisesse fazer uma peritagem ao equipamento. O seguro não fez essa peritagem e seguiu para o pagamento e respetivas diligências.

Neste momento, estão em contato com o instalador/empreiteiro para a resolução do assunto e transferir as responsabilidades para quem as tem, uma vez que o equipamento encontra-se dentro da garantia.

O **Sr. Presidente** reforça que é esta a informação que podem partilhar neste momento.

_ Necessidade de execução de um abrigo junto à paragem em Quinta do Anjo / Execução de abrigos junto às paragens – O **Sr. Presidente** informa que estão sinalizados os abrigos que são prioritários. Mais informa que está preparada uma empreitada de cerca de 30 mil euros para novos abrigos, para além de existir uma outra verba para a conservação dos existentes. Esclarece que foi priorizada a aquisição para a substituição de alguns abrigos que foram danificados por acidentes e que têm de ser repostos, para que, via seguradoras, possam ser ressarcidos.

_ Constituição de Comissão de Honra para as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril de 1974 – O **Sr. Presidente** considera que o Sr. Vereador Carlos Sousa não é ingénuo nas apreciações que efetua, mas acha que está a ser precipitado nas mesmas. Aproveita para esclarecer que, em primeiro lugar, a constituição de uma Comissão de Honra é de iniciativa do município, do presidente da Câmara Municipal. Sendo democrático, tenciona trazer a proposta a reunião de

Câmara Municipal, mas, antes de o fazer, começou por consultar a Assembleia Municipal, enquanto órgão mais representativo, mesmo apesar de não ter competência para deliberar sobre esta matéria, a qual ficou de se pronunciar até à próxima segunda-feira. Mais esclarece que, de forma a não prejudicar o trabalho de constituição da Comissão de Honra, foram iniciados os contatos com um conjunto de personalidades, de individualidades, de ex-eleitos e de dirigentes associativos. Considera que o movimento associativo foi sempre um grande agente de desenvolvimento social e que ajudou à consolidação e ao exercício da democracia, desde logo, na sua génese, na sua criação e no facto de serem pessoas que se disponibilizam, com determinados fins, para trabalharem para a comunidade, associam-se, elegem e são eleitos. Considera ainda que a lista pode e deve ser enriquecida até a um determinado prazo, sendo intenção e mesmo não sendo obrigatório, antes de trazer a reunião de Câmara Municipal, solicitar contributos a todos, tal como o faz em outras matérias, algumas por imposição legal.

Observa que não está incomodado com as observações efetuadas pelo Sr. Vereador Carlos Sousa e esclarece que o mesmo será envolvido para dar o seu contributo para a Comissão de Honra.

No que diz respeito ao objetivo e qual o papel da Comissão de Honra, refere que haverá oportunidade de discutir os critérios, princípios e preceitos caso o Sr. Vereador Carlos Sousa não esteja de acordo.

Conclui que este é o planeamento, que passa pela consulta de pessoas, pelo que considera que o Sr. Vereador Carlos Sousa está mal informado.

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** intervém, mas como não fala ao microfone não é possível a sua transcrição em ata.

O **Sr. Presidente** refere que o Sr. Vereador Carlos Sousa terá oportunidade de dar os seus contributos e de votar como entender. Mais refere que, ao contrário de outros municípios, pseudoindependentes e de outras forças políticas, vai trazer o assunto a reunião de Câmara Municipal.

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** questiona se os critérios serão discutidos depois de todos os nomes estarem escolhidos.

O **Sr. Presidente** refere que não vê qualquer problema nessa situação pois existem nomes que não precisam de ser discutidos.

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** alerta que critérios não são um conjunto de nomes.

O **Sr. Presidente** refere que, relativamente aos nomes, podem até ser 500 e que existem entidades e instituições que não podem ser deixadas de fora neste convite

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** insiste que não é essa a questão que está em causa.

O **Sr. Presidente** concorda e informa que será dada a oportunidade para apresentar as suas razões, opiniões, sugestões e critérios, nomeadamente porque é que participa esta associação ou empresa, ou empresário e não outro(a).

_ Greve de professores, serviços mínimos e transportes escolares – O **Sr. Presidente** questiona o Sr. Vereador Roberto onde obteve a informação.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** informa que foi um *e-mail* enviado aos pais pelas escolas.

O **Sr. Presidente** solicita que o Sr. Vereador proceda à leitura do e-mail.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** refere que o *e-mail* foi enviado pela Escola José Maria dos Santos, no Pinhal Novo para um pai e passa à sua leitura, que se transcreve:

“Exmos senhores,

Esclarece que está convocada uma greve, para dia 17, sexta-feira, pelo que os serviços mínimos não serão retirados”.

O **Sr. Presidente** refere que, se os serviços mínimos não serão retirados, serão garantidos.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** refere que possivelmente não se fez entender bem, pois a questão que pretende colocar é o facto de não existirem transportes.

O **Sr. Presidente** refere que os transportes especializados de crianças e outros são efetuados por pessoas contratadas pela autarquia e por trabalhadores que pertencem aos quadros da autarquia, sendo que estes últimos não estão sujeitos aos serviços mínimos decretados pelo Governo.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** questiona que não haverá transportes.

O **Sr. Presidente** responde que desconhece quais os trabalhadores que farão greve, pelo que também dependerá do tipo de transporte. Esclarece que podem existir transportes que não se realizam porque existem trabalhadores que farão greve. Desconhecendo se foi esse o objetivo, julga que a escola teve a preocupação de, não tendo a certeza, avisar os pais da hipótese de não existir transporte.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano**, alerta que o *e-mail* não fala em transporte, apenas que a escola assegura os serviços mínimos. A questão que coloca é se existem serviços mínimos assegurados pela greve, nas escolas, porque é que não vai existir transportes. Ou seja, como é que as crianças, que provavelmente terão aulas, não vão ter transporte.

O **Sr. Presidente** explica novamente que o município não sabe se vai existir transporte. Esclarece, uma vez mais, que se os trabalhadores entenderem fazer greve, o transporte pode ser posto em causa. Informa que, quando o transporte não se realiza, o município articula com as escolas para que essa informação chegue aos pais atempadamente. Clarifica que, no que concerne aos serviços mínimos, o município fez saber junto dos diretores de agrupamentos de escola que todo o pessoal afeto ao município não está sujeito aos serviços mínimos no dia 17.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano**, refere que não foi essa a informação enviada aos pais pela escola.

O **Sr. Presidente** aconselha o Sr. Vereador a questionar a diretora da escola e não o município acerca da informação que remeteu para os encarregados de educação.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano**, volta a questionar pois considera que a sua questão não ficou respondida e reitera a questão se haverá greve dos trabalhadores dos transportes.

O **Sr. Presidente** explica que nos transportes tem de existir um auxiliar a acompanhar as crianças e que existem transportes que são feitos por trabalhadores do município, pelo que não pode garantir se existe transporte. Reitera que os trabalhadores não são obrigados a informar se fazem greve e a Câmara Municipal não tem o direito de os questionar.

Esclarece que o município informou os diretores dos agrupamentos de escolas, que estavam a obrigar os trabalhadores do município a entrar em escalas de serviços mínimos, que estes não estão sujeitos a esse regime. Mais esclarece que essa situação foi definida por uma determinada entidade que se reuniu com todos, menos com os representantes dos municípios, porque se esqueceu e pensou que todos estavam afetos ao Ministério da Educação, quando o que se verifica é que passaram para o município. Informa que o município, juridicamente apoiado nesta matéria, solicitou parecer sobre o assunto e informou atempadamente as diretoras das escolas que o pessoal do município (que neste momento são todos(as) os(as) auxiliares) que entenda fazer greve, não pode ser obrigado a fazer serviço mínimo. Mais informa que não existe enquadramento legal para tal e que, a verificar-se, violaria o princípio de autonomia do Poder Local

_ Circuito de Manutenção de Quinta do Anjo – O **Sr. Presidente** refere que encontra-se dentro de um espaço natural, tem equipamentos novos, que estão certificados e recomenda-se. Quanto ao parque infantil, refere que o mesmo tem 2/3 anos, está com perfeitas condições, tem reforço de iluminação e vai ser prolongado. Acrescenta que a Junta de Freguesia irá proceder ao trabalho de limpeza das ervas.

_ Centro de Recursos para a Juventude (CRJ) de Quinta do Anjo – O **Dr. Calado Mendes** informa que o CRJ de Quinta do Anjo é frequentado por muitas pessoas.

O **Sr. Presidente** refere que se trata de um espaço com muita ocupação e foi apresentado à Junta de Freguesia um programa preliminar de uma intervenção que se pretende efetuar no espaço envolvente, que visa o seu alargamento e a dotação com um equipamento para *skate*, basquetebol e a reconfiguração de um espaço que continua com muita procura nos tempos livres dos jovens, para essas atividades. Mais refere que, no interior, existe sobretudo uma zona de *gaming*, uma zona de estudo, zona de associações juvenis que ali se reúnem e que trabalham.

Conclui, convidando o Sr. Vereador a visitar o espaço nas horas em que está com todas as dinâmicas referidas.

_ Hortas comunitárias – O **Sr. Presidente** volta a relembrar este projeto encontra-se no plano, nas GOP's, as quais o Sr. Vereador votou contra. Esclarece que está prevista a ampliação na Quinta do Anjo e no Pinhal Novo, pois têm novos talhões de hortas comunitárias para construir.

_ Dificuldade em depositar o lixo proveniente de obras – O **Sr. Presidente** refere que quem faz obras deve tratar dos seus resíduos, quer através do aluguer de contentores a empresas para colocar os seus resíduos ou na deslocação aos serviços de Atendimento Municipal para solicitar sacões com um metro cubico, a um preço bastante razoável. Mais esclarece que o município efetua a recolha passado uns dias. Considera que, estando previsto na lei o tratamento dos resíduos, o município não tem que oferecer esse serviço aos prestadores de serviços e a quem faz obras, sejam particulares ou empresas, pois os resíduos têm um preço de tratamento, de transporte e de escoamento.

_ Acidente ocorrido com uma criança no parque infantil em Quinta do Anjo – O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** refere que não foi dada resposta sobre o parque infantil de Cabanas.

O **Sr. Presidente** refere que o parque encontra-se homologado e a proximidade das vias está legislada. Esclarece que o parque não tem vedação porque encontra-se a uma distância da via superior aquela que a lei define.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** questiona quanto aos abrigos para os passageiros dos transportes públicos.

O **Sr. Presidente** observa que já respondeu e reforça que está a decorrer uma empreitada de 30 mil euros para aquisição de abrigos.

_ Bolsa de estacionamento junto ao Cine-Teatro de S. Gonçalo, em Cabanas – O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** lembra que esta questão também não foi respondida

O **Sr. Presidente** refere que o equipamento está numa zona consolidada, que foi construído numa época e num determinado momento em que as regras de estacionamento eram outras. Esclarece que, quando se reaproveita um equipamento, num espaço urbano consolidado, não se aplica as regras de números lugares de estacionamento sobre pena de se deitar casas a baixo ou construir ruas novas.

Informa que, no caso do Cine-Teatro de S. Gonçalo, procurarão arrumar o máximo de viaturas, mas espera que as pessoas também possam usar a Carris Metropolitana.

Esclarece ainda que equipamento, infelizmente, não é muito grande, e espera que se possa criar sinergias com o outro lado da estrada, nomeadamente o terreno que a Câmara Municipal pretende comprar, junto à escola. Refere que não se preveem projetar atividades que impliquem a

deslocação de centenas de pessoas, porque o espaço também não está dimensionado para isso, e que não está equacionada a construção de um estacionamento subterrâneo, nem estacionamento pago.

Conclui, referindo que se aguarde pelo programa funcional.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

Gabinete de Apoio à Presidência

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – Aceitação de doações.

PROPOSTA N.º GAP 01_07-23:

«Através do Programa Mecenas de Palmela, a Câmara Municipal apela, com regularidade, ao contributo de diversas empresas e instituições.

Nesse contexto, três empresas do Concelho de Palmela, manifestaram o seu intuito de efetuar donativos à Câmara Municipal de Palmela, para o apoio a projetos e iniciativas.

Assim, nos termos do disposto na alínea j) do nº 1, do artigo 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** a aceitação das doações que a seguir se descrevem:

EMPRESA	DOAÇÃO	PROJETO	VALOR
Adega Cooperativa de Palmela Rua da Adega Cooperativa NIF: 500008710	Doação em espécie de garrafas de vinho	Clássica da Arrábida	179,70 € (cento e setenta e nove euros e setenta centimos)
Intermarche Superpalmela Supermercados Lda Cabeça do Velhinho- Vale de Benções, 2950-439 Palmela NIF: 507545362	Doação monetária	CROA – Centro de Recolha Oficial Animal de Palmela	2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros)
Concremat- Prefabricação e Obras Gerais SA Herdade do Monte Novo Apartado 61 2959-909 Pinhal Novo NIF: 502018852	Doação monetária	CROA – Centro de Recolha Oficial Animal de Palmela	1.500,00 € (mil e quinhentos euros)

TOTAL		4.179,70 € (quatro mil, cento e setenta e nove euros e setenta cêntimos)
-------	--	---

.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 2 – 2.ª Alteração Permutativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023-2027.

PROPOSTA N.º DAFRH 01_07-23:

«A 2.ª Alteração Permutativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023-2027 tem como finalidade proceder ao reforço de ações com dotação insuficiente, de modo a possibilitar a adjudicação de procedimentos concursais urgentes, nomeadamente:

1. Reforço da dotação da ação Edifícios Municipais – Aquisição, Remodelação e Beneficiação, de modo a permitir a aquisição de imóveis destinados ao funcionamento de órgãos e serviços municipais;
2. Reforço da dotação da ação Sistema de Gestão de Proteção de Dados Pessoais, de modo a permitir o lançamento de procedimento concursal para a contratação de consultadoria técnica de apoio à implementação Regime Geral de Proteção de Dados no município;
3. Reforço da dotação da ação Aquisição de Fardamento e de Equipamento de Proteção Individual, de modo a permitir o lançamento de procedimentos concursais.

Foram, igualmente, introduzidos outros acertos sem expressão relevante nos documentos em apreciação.

A compensação dos reforços foi efetuada com anulações nas GOP no valor global de 312.025,00 € (trezentos e doze mil e vinte e cinco euros), decorrentes, no essencial, de alterações de programação das atividades.

No capítulo da receita efetuou-se a anulação, em 2023, da rubrica de transferências correntes no valor de 46.125,00 € (quarenta e seis mil e cento e vinte e cinco euros) relativo à comparticipação do projeto Cidadania e Empoderamento de Comunidades (PRR), cuja execução foi parcialmente reprogramado para 2024.

O total do Orçamento após a 2ª Alteração Permutativa é de 90.845.625,00 € (noventa milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e vinte e cinco euros) que representa uma diminuição de 0,05% relativamente ao Orçamento atual.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, **propõe-se** a aprovação da 2.ª Alteração Permutativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023-2027.»

Sobre a proposta de 2.ª Alteração Permutativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023-2027, numerada DAFRH 01_07-23, intervêm:

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** solicita esclarecimento sobre o facto darubrica “Aquisições de equipamento informático”, ter uma diminuição de 56 mil euros. Questiona se o Sistema de Gestão de Dados Pessoais, trata-se de uma assessoria humana ou se diz respeito a software aplicacional e o facto da verba prevista para o cabaz solidário diminuir de 23 mil euros para 18 mil, pois considera que os 23 mil seriam pouco para todas as necessidades.

O **Sr. Presidente** volta a intervir para explicar que o reforço para os edifícios municipais trata-se para a aquisição de imóvel, em que se exerceu o direito de preferência. Informa que se tratam se dois imóveis: um junto ao Gabinete de Comunicação (na esquina da Travessa de Hermenegildo Capelo) e o Gabinete onde atualmente funciona a Vereação do PS e do PSD.

No que diz respeito ao equipamento informático, esclarece que se trata de dar resposta, de momento, à questão do RGPD (Regulamento Geral de Proteção de Dados).

Neste momento o Sr. Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, **Dr. Paulo Pacheco**, intervém, dando algumas explicações, mas como não fala ao microfone não é possível a sua transcrição em ata.

O **Sr. Presidente** dá razão ao Sr. Diretor de Departamento e menciona que os 56 mil euros saem do equipamento e reforçam o licenciamento do software. Menciona, igualmente, que existe o compromisso de repor numa próxima retificativa. Refere que o reforço de 68 mil euros é para o Sistema de Gestão de Proteção de Dados Pessoais.

Quanto ao Cabaz Solidário, o **Sr. Presidente**, dá a palavra à Chefe da Divisão de Intervenção Social e Saúde, Dra. Sandrine Palhinhas para que efetue os esclarecimentos necessários às questões que foram colocadas pelo Sr. Vereador Carlos de Sousa (como não fala ao microfone, não é possível a sua transcrição em ata).

O **Sr. Presidente** elucida que se utiliza a verba disponível, que poderá ser só utilizada nos meses seguintes, para se poder fazer face a pequenas alterações e reforços, existindo o compromisso de voltar a repor e até ampliar, quando necessário.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Roberto Cortegano. Aprovado em minuta.

Departamento de Administração Urbanística

Divisão de Planeamento, Urbanização e Reconversão

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 3 – Alteração à planta-síntese de loteamento de reconversão da AUGI da Marquesa II – 2.ª Fase.

Requerente: Administração Conjunta da AUGI da Marquesa II – 2.ª Fase. Processo: L-11/02. Local: Quinta da Marquesa II – 2.ª Fase, Barra Cheia – Freguesia de Quinta do Anjo. Requerimentos n.ºs. 4917/2022 e 576/2023.

PROPOSTA N.º DAU_DPUR 01_07-23:

«Pelos requerimentos n.º 4917/2022 e 576/2023 vem a Comissão de Administração da AUGI da Marquesa II – 2ª Fase, localizada no Perímetro Urbano da Barra Cheia, apresentar pedido de licenciamento de alteração à planta-síntese de loteamento de reconversão desta AUGI.

Este loteamento teve a sua planta-síntese aprovada inicialmente por deliberação municipal de 03/04/2013, tendo sido objeto de alteração, por deliberação municipal de 02/03/2022.

A proposta de alteração à planta síntese de loteamento agora apresentada traduz-se numa ligeira retificação do espaço público, por exigência da E-Redes, com vista à integração de um Posto de Transformação (PT) na Rua A, de onde resulta a eliminação de dois lugares de estacionamento, bem como a deslocação das gares destinadas à colocação dos contentores de resíduos sólidos urbanos e ecopontos, originalmente previstos no local.

A reconfiguração em aprovação é consentânea com os projetos de especialidades das obras de urbanização, ainda em apreciação, e foi previamente concertada com os serviços responsáveis pelas redes públicas de infraestruturas, em acompanhamento técnico.

Em síntese, a alteração à planta-síntese de loteamento consubstancia-se numa redução do número de lugares de estacionamento público, concretamente de 474 para 472, e a consequente redução do número total de lugares de estacionamento no loteamento (privados + públicos), de 1.423 para 1.421, mantendo-se, contudo, o cumprimento de todos os parâmetros urbanísticos do PDM.

Face às características da alteração, que não introduz qualquer efeito, nem nos futuros lotes nem nas áreas públicas de espaços verdes e equipamentos de utilização coletiva, considera-se dispensável a apresentação da Ata da Assembleia de Comproprietários prevista na Lei das AUGI (Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na sua atual redação), já que não modifica “o projeto de reconversão apresentado à câmara municipal, na modalidade de pedido de loteamento” competência que foi plenamente exercida pela Assembleia de Comproprietários, tanto na aprovação inicial, como na alteração aprovada em março/2022, essa sim significativa.

Face ao exposto, e ao abrigo do disposto no artigo 23º, n.º 1, alínea a) do RJUE (publicado pelo D.L. n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação), **propõe-se** a aprovação da presente proposta de alteração à planta-síntese de loteamento e respetivo quadro sinótico, que faz parte integrante da mesma, apresentados sob o requerimento n.º 4917/2022, nos termos do disposto no artigo 18º e no n.º 1 do artigo 24º da Lei das AUGI (publicada pela Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na sua atual redação), conjugadamente com o artigo 27º do RJUE.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos

Divisão de Serviços Urbanos

Pela **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 4 – Regulamento do Programa de Apoio Social à Esterilização – Início do procedimento e participação procedimental.

(No ponto 3 desta proposta, foi efetuada a seguinte correção por parte da Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, tendo sido retiradas as palavras a sublinhado:

- "(... elaboração do projeto) de alteração (deste regulamento...)".

PROPOSTA N.º DASU_DSU 01_07-23:

«É convicção do Município de Palmela que a adoção de políticas de natureza social é essencial não só no âmbito do controlo da população animal, mas também na promoção do direito à igualdade, nomeadamente quanto à inclusão de animais de estimação na esfera familiar. É importante contribuir para minimizar os problemas decorrentes de eventuais limitações económicas dos detentores, potenciando-se a harmonia e bem-estar a um maior número de famílias. Ao mesmo tempo, exigir das pessoas a responsabilidade necessária para cuidar, em condições adequadas de higiene, de salubridade, de saúde ambiental e social, dos seus animais de companhia. Acresce a responsabilidade do município em promover a saúde, o bem-estar dos animais e o controlo da respetiva população, disciplinando as condições de alojamento, posse e circulação, as medidas destinadas a combater o seu abandono e a promover a sua adoção, bem como as ações de profilaxia e vigilância epidemiológica de acordo com a legislação em vigor.

É, pois, de enorme importância que a matéria do bem-estar animal integre as políticas sociais e, por isso, a criação do "Regulamento do Programa do Apoio Social à Esterilização" que permita a realização gratuita de esterilizações a animais cujos detentores se encontrem em situação de vulnerabilidade económica, devidamente comprovada pelo Município.

Assim, e em cumprimento do disposto no artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), publicado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, conjugado com o estatuído no n.º 1 e nas alíneas g) e k) do n.º 2, ambos do artigo 23º e nas alíneas k), u) e v), n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere:

1. O início do procedimento de aprovação do Regulamento do Programa do Apoio Social à Esterilização, com vista a assegurar, no âmbito da respetiva preparação, a participação e constituição como interessados/as e apresentação de contributos.

2. Determinar que podem constituir-se como interessados/as, todos/as aqueles/as que, nos termos do n.º 1 do artigo 68.º do CPA, sejam titulares de direitos, interesses legalmente protegidos, deveres, encargos, ónus ou sujeições no âmbito das decisões que nele forem ou possam ser tomadas, bem como as associações, para defender interesses coletivos ou proceder à defesa coletiva de interesses individuais dos/das seus/suas associados/as, que caibam no âmbito dos respetivos fins.
3. Que os/as interessados/as podem constituir-se como tal e apresentarem os seus contributos para a elaboração do projeto deste regulamento, até 10 dias (úteis) após publicitação do início do procedimento, através de comunicação escrita que contenha nome completo, morada ou sede, profissão, número de identificação fiscal e o respetivo endereço de correio eletrónico e dando consentimento para que este seja utilizado para os efeitos previstos na alínea c), do n.º 1 do artigo 112.º do CPA.
4. Que a constituição como interessados/as e os contributos sejam dirigidos à Câmara Municipal de Palmela, Largo do Município, 2954-001 Palmela, ou através de correio eletrónico para o Centro de Contacto municipal: atendimento@cm-palmela.pt»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Divisão de Desenvolvimento Económico e Turismo

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 5 – Atribuição de apoio financeiro à ARCOLSA – Associação Regional de Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida para a realização da 27.ª edição do Festival Queijo, Pão e Vinho.

PROPOSTA N.º DDET 01_07-23:

«O Festival Queijo, Pão e Vinho é um dos principais eventos de promoção de produtos regionais que acontece no concelho de Palmela.

Já na sua 27ª Edição, o Festival realiza-se na freguesia de Quinta do Anjo, em S. Gonçalo, nas instalações da ARCOLSA - Associação Regional de Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida, nos dias 31 de março, 1 e 2 de abril de 2023.

O Festival é organizado desde 2007 pela ARCOLSA em conjunto com representantes do sector vitivinícola, da panificação e doçaria, conta com a participação e com o apoio do Município de Palmela.

O certame tem construído ao longo dos anos uma história de sucesso em prol dos produtos locais de qualidade da região e continua a fazer parte das apostas da Câmara Municipal de Palmela para a conservação e sustentabilidade da ruralidade do território, enquanto elemento central no desenvolvimento turístico do concelho e de captação de visitantes da Região e do País para um

Festival singular e de prestígio nacional.

Assim, face ao exposto e por forma a continuar a contribuir para a garantia de qualidade e dignificação do evento, **propõe-se** que, ao abrigo do disposto na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro de 4.800,00 € (quatro mil e oitocentos euros) à ARCOLSA - Associação Regional de Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida, para a realização da 27.ª edição do Festival Queijo Pão e Vinho.

Sublinha-se que a colaboração do Município na realização deste evento traduz-se, também, no apoio logístico na implementação e desmontagem, plano de comunicação e materiais promocionais, com uma estimativa de custos no valor de € 18.000,00 (dezoito mil euros).»

Sobre a proposta de Atribuição de apoio financeiro à ARCOLSA – Associação Regional de Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida para a realização da 27.ª edição do Festival Queijo, Pão e Vinho, numerada DDET 01_07-23, intervêm:

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** alerta que, relativamente a este evento, existiram divulgações na internet cujas datas estavam erradas, mas que já foram corrigidas.

O **Sr. Presidente** agradece a informação.

Refere a existência de uma situação semelhante, cujo evento, não por iniciativa do município, teve páginas do Facebook próprias e que por vezes se confundem com páginas institucionais.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 6 – Atribuição de apoio financeiro à Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó para a realização da 26.ª edição da Mostra de Vinhos em Fernando Pó.

PROPOSTA N.º DDET 02_07-23:

«A 26.ª edição da Mostra de Vinhos em Fernando Pó realiza-se nos dias 5, 6 e 7 de maio de 2023, no Pavilhão da Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó.

A Mostra irá diversificar o seu espaço de forma diferente, procurando criar um espaço mais agradável e acolhedor para os visitantes e confortável para os expositores. No pavilhão da Mostra, estará patente um espaço dedicado às provas de vinho, com vinhos tintos e brancos da colheita, tal e qual terminaram a sua fermentação, sem estágios em madeira ou em garrafa a partir da qual os provadores da CVRPS - Comissão Vitivinícola Regional da Península de Setúbal irão eleger os melhores do ano e que os visitantes poderão avaliar e decidir a “Escolha do Público”.

Os visitantes poderão ainda encontrar expositores que vão apresentar os seus produtos para degustação e venda, animações musicais diversificadas, bailes, provas comentadas, cursos de prova de vinhos, doçaria e espaço de gastronomia.

As atividades enoturísticas também terão o seu espaço na Mostra, com passeios pedestres pelo percurso do Jardim de Vinhas, a Rota das Vinhas do *Pó by Road* e a "Fuga da Adega Humus Farm" (escape room).

Assim, face ao exposto e por forma a continuar a contribuir para a garantia de qualidade e dignificação deste certame, **propõe-se**, ao abrigo do disposto na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro de 3.000,00 € (três mil euros) à Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó para a realização da 26.ª edição da Mostra de Vinhos em Fernando Pó.

Sublinha-se que a colaboração do Município na realização deste evento traduz-se, também, no apoio logístico na implementação e desmontagem, plano de comunicação e materiais promocionais, com uma estimativa de custos no valor de € 9.000,00 (nove mil euros).»

Sobre a proposta de Atribuição de apoio financeiro à Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó para a realização da 26.ª edição da Mostra de Vinhos em Fernando Pó, numerada DDET 02_07-23, intervêm:

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** começa por referir que irá votar a favor, no entanto relembra a sua votação aquando a atribuição do subsídio/apoio em relação ao Mercado Caramelo, e o porquê de ter optado pela abstenção e de agora estar a votar a favor, ficando com a certeza da sua opção. Mais refere que, da comparação que efetuou em relação ao ano de 2019 (último ano antes da pandemia) constata um aumento razoável em ambos os casos. Conclui que, em relação ao Mercado Caramelo, houve a discrepância de se aumentar para 200% em relação a 2019, situação que não lhe foi explicada.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** responde que não se pode comparar o que não é comparável e que não tem nota de ter havido um aumento de 200% em relação ao Mercado Caramelo. Refere que, quer se esteja a falar do Festival do Queijo, Pão e Vinho ou da Mostra de Vinhos em Fernando Pó, a comparticipação financeira do município cresceu 20%. Esclarece que são eventos que se vão qualificando e evoluindo, mas estão consolidados e estabilizados no espaço, nas iniciativas que se realizam e nos parceiros que envolvem.

Conclui que o Mercado Caramelo é uma iniciativa diferente, que tem vindo a alargar e a incluir cada vez mais parceiros da área cultural, da área económica do Pinhal Novo e, por isso, tem sido um evento que tem crescido ao longo dos anos, pelo que considera que o município deve ser justo e tratar igual o que é igual e diferente o que é diferente.

O **Sr. Presidente** realça que cada evento tem uma estrutura de custos, orçamento e abrangências diferentes. Esclarece que os apoios, para além da decisão política de aumentar no mínimo em 20%, devem ser vistos caso a caso pois existem outros critérios.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Educação e Coesão Social

Divisão de Intervenção Social e Saúde

Pela **Sra. Vereadora Maria João Camolas** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 7 – Atribuição de apoio financeiro à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Pedro da Marateca – Igreja Nossa Senhora das Graças.

PROPOSTA N.º DECS_DISS 01_07-23:

«No âmbito do Projeto de "Remodelação e Ampliação da Casa Mortuária da Igreja de Nossa Senhora das Graças – Poceirão", a Fábrica da Igreja de São Pedro de Marateca submeteu à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, uma candidatura ao Programa de Equipamentos Urbanos de Utilização Coletiva – Subprograma 2, cuja assinatura do Contrato Programa decorreu a 29 de junho de 2022, no Poceirão.

Esta obra implica uma requalificação que pretende melhorar as condições de conforto e funcionalidade da única sala de velório existente, com a eliminação das atuais instalações sanitárias, a ampliação da sala de velório, bem como a criação de uma zona exterior com instalações sanitárias públicas acessíveis, cobertas por telheiro.

Na sequência da aprovação da candidatura, a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Pedro de Marateca – Igreja do Poceirão solicitou apoio financeiro ao Município de Palmela para a realização desta obra, cujo orçamento, inicialmente, na ordem dos 72.000,00 € é, atualmente, de 83.669,50 €.

Considerando que o financiamento da candidatura é de 36.000,00 € (50% do valor inicial), que o município, em 2019, atribuiu 10.000,00 € e que a entidade promotora apenas consegue assegurar 11.600,00 €, há que asseverar a importância remanescente, de 26.069,50 €, garantindo, assim, a execução desta obra de elevada relevância para a comunidade.

Face ao exposto, **propõe-se**, de acordo com as alíneas o) e u), do n.º 1, do art.º 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro no valor de 26.069,50 € (vinte seis mil, sessenta e nove euros e cinquenta cêntimos) à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Pedro de Marateca – Igreja Nossa Senhora das Graças, destinado a comparticipar nas despesas decorrentes da referida obra.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Cultura, Desporto e Juventude

Pela **Sra. Vereadora Maria João Camolas** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 8 – Palmela Desporto, E.M. – Relatório e Prestação de Contas 2022

PROPOSTA N.º DCDJ 01_07-23:

«Na reunião do Conselho de Gestão da empresa municipal Palmela Desporto, de 24 de fevereiro último, foram aprovados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2022, os quais se encontram anexos à presente proposta, e dela fazem parte integrante.

A prestação de contas da empresa reflete a atividade desenvolvida, bem como os resultados financeiros alcançados durante o passado ano, os quais apresentam um resultado líquido positivo, no valor de € 28.117,37 (vinte e oito mil cento e dezassete euros e trinta e sete cêntimos).

O exercício de 2022, foi um ano em que se assistiu a uma gradual retoma com o regresso de um elevado número de utentes às instalações, o que contribuiu para um aumento significativo dos proveitos resultantes da vendas e serviços prestados, comparativamente ao ano anterior. Em sentido inverso a empresa foi afetada quer pela subida significativa da inflação quer pelo forte agravamento dos custos com as energias (eletricidade e gás).

Dando cumprimento aos Estatutos da Palmela Desporto – Empresa Local de Promoção de Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E.M. Unipessoal, Lda., compete ao representante da Câmara Municipal exercer, de forma vinculada à posição do Município, o seu direito de voto na Assembleia Geral.

Assim, **propõe-se**, em conformidade com o n.º 5, do artigo 9.º, dos Estatutos da Palmela Desporto, E.M. Unipessoal, Lda., que o sentido de voto do representante do Município seja o de aprovação dos documentos apresentados.»

Sobre a proposta de Palmela Desporto, E.M. – Relatório e Prestação de Contas 2022, numerada DCDJ 01_07-23, intervêm:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que tem insistido muito com as contas da Palmela Desporto, E.M. e a necessidade de diversificar a sua atividade e de se criar uma maior margem, em termos de baixa de preços, independência de decisões contratuais de aumentos de funcionários, recursos humanos e de outro tipo de gestão que, no entender do Partido Socialista, está demasiado dependente da autarquia e dos poucos resultados positivos que vai encontrando. Admite que o ano de 2022, e apesar de existir a retoma, a empresa mostrou alguma resiliência económica, tendo em conta o elevado impacto da inflação e a recuperação do seu público que é o seu proveito.

Embora considere positivo, refere que existem algumas atividades que ainda não estão plenas de desenvolvimento e que correspondem a alguma diversificação. Afirma que, face às dificuldades em termos energéticos, a Palmela Desporto, E.M. é uma grande consumidora de energia, os resultados da empresa não mexeram no subsídio de exploração e, face a essa dificuldade, não foi necessária uma intervenção da autarquia no sentido da correção, o que considera ser uma

situação nova e positiva, num caminho do qual defendem em relação à empresa na consolidação dos seus resultados positivos e da sua capacidade de resposta às suas necessidades.

Conclui, dando nota que os eleitos do PS se irão abster.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** refere que a Palmela Desporto, E.M. é uma empresa que nesta prestação de contas, tem um resultado negativo de 752 mil euros e que recebe um subsídio de exploração da câmara de 780 mil euros.

O **Sr. Presidente** interrompe e afirma que a forma como o Sr. Vereador apresenta a situação é indecente, não percebendo que, como alguém desta área, consegue tecer considerações de ânimo leve

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** esclarece que a sua afirmação vai ao encontro com o que consta nos documentos, pois os mesmos têm o resultado e o subsídio de exploração em cima para ficar positivo. Refere que os serviços são pagos pelos munícipes ao preço normal do mercado. Considera que o relatório apresentado reflete, mais uma vez e tal como o PSD tem apontado ao longo dos anos, a incapacidade de tornar a empresa sustentável e com resultados mais interessantes, pois o investimento realizado não a torna mais independente da Câmara Municipal. Mais considera que a empresa não consegue aumentar a autonomia (compara com o ano 2019 e anos anteriores e não com os anos 2020 e 2021 que foram anos atípicos), e, mesmo assim, considera que a execução ficou pelos 30%, pois estava previsto 129 mil euros e foram executados 38 mil. Aproveitando o facto de estar na Freguesia da Quinta do Anjo, refere que Palmela Desporto, esta não presta qualquer serviço nesta freguesia que, provavelmente, muito precisaria, pois trata-se de uma freguesia que tanto tem crescido, de um pavilhão desportivo, até mesmo de uma piscina.

Considera que se fosse melhor gerida, ajudasse este subsídio de exploração a fazer equipamentos na freguesia que muita falta faz.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Roberto Cortegano, e a abstenção do/as Sr./as Vereador/as Ana Elísia Monteiro, Mara Rebelo e Pedro Taleço. Aprovado em minuta.

Departamento de Cultura, Desporto e Juventude

Divisão de Cultura e Desporto

Pela **Sra. Vereadora Maria João Camolas** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 9 – Atribuição de apoio financeiro no âmbito do Programa Municipal de Teatro.

PROPOSTA N.º DCDJ_DCD 01_07-23:

«O Município de Palmela entende o teatro como um eixo de intervenção estratégico para o desenvolvimento de uma comunidade.

A criação e posterior dinamização de um Programa Municipal do Teatro teve por base a consolidação desta área artística no território de Palmela, através do apoio à criação, à produção, à itinerância e à formação dos diferentes grupos, bem como ao fomento de hábitos de fruição desta arte promovendo uma maior sensibilização de públicos.

O trabalho desenvolvido pelos grupos de teatro é regular, dinâmico e reconhecido a nível nacional, com participação em vários festivais e concursos de teatro.

Este trabalho tem contribuído, igualmente, para reforçar as dinâmicas culturais dos diferentes territórios do concelho e a programação dos equipamentos culturais municipais.

É de fulcral importância continuar a apoiar os grupos de teatro que mantêm atividade regular, contribuindo, desta forma, para a dinamização e valorização do teatro no concelho de Palmela.

Existem atualmente nove grupos de teatro de amadores e duas estruturas profissionais (Cooperativa da Produção Artística Teatro Animação "O Bando" CRL e PIA - Projetos de Intervenção Artística, CRL). Destes nove, dois são recém-formados e um está sem atividade desde 2021 (TELA - Teatro Estranhamente Louco e Absurdo), mas em processo de retoma.

Dos que até ao momento mantêm atividade regular, cinco não têm protocolo com a autarquia, motivo pelo qual se considera importante a necessidade de apoiar financeiramente a sua atividade, para além dos outros apoios previstos em sede de Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, contribuindo, dessa forma, para uma continuidade do trabalho em curso.

Assim, **propõe-se**, em conformidade com na alínea u), do n.º 1, do art.º 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de apoios financeiros no valor global de 5.400,00 € (cinco mil e quatrocentos euros), com a seguinte distribuição:

- Grupo de Teatro Amador Ensaiarte – € 1.200,00 (mil e duzentos euros)
- Associação Teatro Sem Dono – € 1.200,00 (mil e duzentos euros)
- ATVK - Associação Teatro da Vila – € 1.200,00 (mil e duzentos euros)
- Teatro dos Barris - Associação – € 900,00 (novecentos euros)
- Grupo de Teatro "As Avózinhas", representado pela FIAR - Associação Cultural - € 900,00 (novecentos euros).»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

• O **Sr. Presidente** dá por terminada a reunião pública, que considera muito interessante e produtiva. Reitera os agradecimentos ao Sr. Presidente da Coletividade pelo acolhimento, a

todos/as munícipes presentes e ao executivo da Junta de Freguesia pela presença, acompanhamento e o trabalho conjunto durante a semana.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca da uma hora e dezanove minutos do dia dezasseis de março de dois mil e vinte e três, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco